



VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

Sessão Solene de Abertura da VIII Legislatura

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
José de Almeida Cesário
António João Rodeia Machado
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

As 11 horas e 10 minutos e dando início a sessão solene de abertura da VIII Legislatura, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Sr. Presidente da República (Jorge Sampaio), o Sr. Presidente da Assembleia da República (Almeida Santos), o Sr. Ministro da Presidência (Jorge Coelho), em representação do Primeiro-Ministro, o Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e o Sr. Vice-Presidente do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Director do GAREPI, o Adjunto do Presidente da Assembleia da República da República para os Negócios Estrangeiros e os Secretários do Protocolo do Estado

No hemiciclo encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Militar, o Vice-Provedor de Justiça, os Chefes dos Estados-Mai-

res do Exército e da Força Aérea, os Conselheiros de Estado, o Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, os Juizes do Tribunal Constitucional, o Presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social, o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o Comandante Naval do Continente, o Comandante do Comando Operacional da Força Aérea, o Governador Militar de Lisboa e o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana

Encontravam-se ainda presentes nas tribunas convidados e demais público

Constituída a Mesa, na qual o Sr. Presidente da República tomou lugar à direita do Sr. Presidente da Assembleia da República, seguiram-se as intervenções dos Srs. Deputados Luis Fazenda (BE), Isabel Castro (Os Verdes), Paulo Portas (CDS-PP), Octavio Teixeira (PCP), Durão Barroso (PSD) e Francisco de Assis (PS), do Sr. Presidente da Assembleia da República e do Sr. Presidente da República, e no final foi de novo executado o Hino Nacional

Eram 13 horas e 15 minutos quando a sessão foi encerrada

O Sr **Presidente** — Srs Deputados, declaro aberta a sessão solene de abertura da VIII Legislatura

Eram 11 horas e 10 minutos

A Banda da Guarda Nacional Republicana executou o Hino Nacional

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados:

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jânila Bárbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Carlos da Costa Ferreira da Silva
 João Francisco Gomes Benavente
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
 José Aurélio da Silva Barros Moura

José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos das Dores Zorrinho
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Conceição Saraiva
 José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egipto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino Jose Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Manuel Carvalho Carito
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luís Pedro de Carvalho Martins
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luísa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marquero
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Victor Brito de Moura
 Vítor Manuel Alves Peixoto
 Vítor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Smedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António d'Orey Capucho
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Domingos Duarte Lima
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando José da Costa
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Francisco Baptista Tavares
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Jaime Carlos Marta Soares
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rego Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Maria Moreira
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes

Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro Augusto Cunha Pinto
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Manuel Cruz Roseta
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António de Magalhães Pires de Lima
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís José de Mello e Castro Guedes
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr Presidente — Para uma intervenção, em representação do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente da República, Sr Presidente da Assembleia da República, Sr Presiden-

te do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Representante do Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Ilustres Convidados. O ano parlamentar que já se iniciou e agora se sublinha, motiva o Bloco de Esquerda para uma intervenção coerente com os propósitos que lhe destinaram os eleitores.

A iniciativa no combate à fraude fiscal e à injustiça social na tributação, a preservação e melhoria do sistema público e universal de segurança social, uma nova política de combate à toxicod dependência que supere o criminoso proibicionismo, a urgência da recuperação dos principais serviços públicos e a reversão da precariedade no emprego são alguns dos objectivos em proposta, em actividade.

Combinaremos a intervenção representativa na Assembleia da República com formas de democracia participativa. Não esquecemos reptos relativos à modernidade dos direitos civis e à laicidade do Estado. Seguramente, não aceitaremos ditames e excomunhões extemporâneas ao quadro constitucional contrários à despenalização da interrupção da gravidez por decisão da mulher. A dignidade da mulher é a causa.

O Bloco de Esquerda é propositivo e aberto à cooperação. É consciência crítica do seu próprio projecto de renovação à esquerda, não é decerto normalizável a pedido do poder nem seduzível pelo tacticismo que turva a vida política.

Entenda-se que somos oposição exigente, porque há quem considere que a oposição é uma parede e o sistema constitucional uma espada, porque há quem confunda diálogo com o eco do monólogo, mesmo quando as palavras são de mel, porque há um Programa de Governo que tivemos oportunidade de avaliar e rejeitar que não segue a indicação do eleitorado de mais política social, de maior transparência do Estado, de avanço em direitos civis mas, ao invés, segue e procura a obstinada via de realizar reformas à direita.

Um Governo que promove a precariedade no emprego e que diz à Assembleia da República que mais vale emprego precário que nenhum, é a voz do mercado que fala, reduzindo, como bem se vê, o curioso debate da regulação da economia de mercado *versus* sociedade de mercado a coisa prática nenhuma, talvez a uma retórica de alteridades, a um jogo de heterónomos políticos.

Um Governo que se resigna à tese da eficácia administrativa no combate à fraude fiscal, resigna-se aos poderosos, desculpa-se com a fuga dos capitais quando é o Governo que foge.

Sr. Presidente da República, Excelências. Muito se tem falado na crise do sistema político. É certo que as campanhas eleitorais são equiparadas a venda de *shampoos*, que, com o devido respeito, a Ágata anima o discurso político, que há uma feira instalada de distribuição de brindes publicitários. É certo que, a mais das vezes, o debate político é fulanizado, que o intrigismo dos consulados partidários é o resumo da agenda, que o debate cromo-futebolístico lança na obscuridade a discussão dos problemas colectivos da sociedade e dos efeitos da globalização. É certo que os escândalos não têm sanção e que o espectáculo segue dentro de momentos, mas convirá não trocar consequências e causas.

A verdade é que o sistema político está moldado pela globalização, pelo afastamento das instâncias de decisão política, pela escolha dos mesmos modelos económico-sociais por parte dos partidos centrais. Diz-se até que quem não

o fizer não será partido de governo. Elogia-se a virtude dessa estabilidade. O poder roda em bloco central, a disputa do voto é a alternância dos gestores. Nesse sentido, o sistema político está em crise, provoca indiferentismo crescente e fecha-se sobre si próprio.

Convirá entender que a superação da crise não se fará por dentro do sistema mas emergirá de fora, como reacção ao rotativismo e a uma mera gestão local da globalização. As alternativas aparecem sempre com antagonismos inesperados.

A informação instantânea expõe o poder; também cria impotências mas gera, a prazo, as insubmissões correspondentes.

A abstenção não significa despreocupação social, significa exclusão política. Desde logo, dos excluídos socialmente, dos mais fracos que se alheiam da participação, de muitos outros que sentem que não têm escolhas reais que produzam efeitos imediatos e de descontentamento relativamente à transparência das regras do jogo. Entre vários factos, ficaremos sem saber quantos abstencionistas produziu o célebre inquérito à Junta Autónoma das Estradas e a benção recíproca dos partidos centrais, no mais puro estilo do governismo.

Quem não viu que os dois referendos realizados resultaram de negócios de Estado entre os partidos centrais? Quem não viu que o referendo absolutamente necessário sobre a União Europeia, primeiro negado, depois prometido, acabou na gaveta?

Há reacções de perplexidade, a guerra dos Balcãs seria um imperativo de civilização, a guerra no Cáucaso não existe. A comunicação do poder é a comunicação das conveniências. Chamam a isto opacidade. Há quem assevere, com mais propriedade, que se trata de manipulação política.

O sistema de decisão afasta-se dos cidadãos. Quem construiu um Banco Central Europeu e uma moeda única que não depende de poder político democrático? Quem não estatuiu um real poder de veto às decisões da União Europeia? Quem armou poderes securitários à escala europeia sem protecção de cidadania? Quem sabe, quem controla, as decisões das organizações militares e económicas internacionais que tanto decidem sobre bombardeamentos ou sobre direitos de autor? E aqui cabe perguntar: para quê uma reforma do sistema político que se anuncia para agravar todos os traços negativos? Uma lei eleitoral para a Assembleia da República, assumida pelo Primeiro-Ministro como um sistema misto e já não, como é limite material de revisão constitucional, como um sistema proporcional.

Para que se quer o desenho de círculos de um só mandato, deixando larga parte do eleitorado sem representação da sua escolha política? Todos sabem que há partidos com 15% ou 20% dos votos em outros países onde sistemas congéneres são utilizados que não adquirem representação. Dir-se-ia que se propõe um limitado círculo nacional para corrigir essa distorção, mas a dinâmica que se impõe é a do bipartidarismo, é a da sedimentação dos partidos centrais. Teríamos, então, maiorias artificiais no Parlamento, maiorias artificiais nas autarquias locais e soluções de blindagem de governos minoritários, fazendo equivaler orçamentos a moções de confiança.

O Bloco de Esquerda considera todo este tipo de propostas como cerceamento de direitos de cidadania. Ironicamente,

te, o remédio proposto mata ainda mais do que a doença

Estamos dispostos, sem imobilismos, a ajudar a democratizar o sistema político para acrescer a proporcionalidade representativa, para descentralizar decisões, para fortalecer competências a instituições nacionais no quadro europeu, para desenhar a democracia participativa e reabilitar a consulta popular e para financiar os partidos pelos cidadãos e pelo Estado. Tememos que essa não seja a reforma que o regime prepara, mas sabemos que é essa a reforma de que o regime precisa e sabemos, melhor ainda, que lutaremos para impor essa reforma ao regime.

A fixação pela governabilidade e a estabilidade a todo o preço têm comandado as prioridades. É a sua hora, a nossa hora e o nosso tempo, a nossa prioridade é a da cidadania empenhada.

O Sr. Presidente — Tem a palavra, em representação de Os Verdes, a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Sr.^{es} e Srs. Convidados, Sr.^{es} e Srs. Deputados. A Assembleia da República assinala simbolicamente hoje, com uma sessão solene que acolhe uma proposta do Sr. Presidente da República, o início dos trabalhos da VIII Legislatura, aquela que, é quase certo, irá marcar transição do milénio.

O acto, que, dirão alguns, é tardio, o que sendo evidente, para quem como nós à rigidez dos calendários não se fixa, se afigura como coisa de menor importância.

A sessão tem, contudo, a virtude de quebrar uma rotina instalada, o que para nós, ecologistas, que a ela somos adversos, é positivo. Permite inovar e criar no tempo e espaço próprios um momento para que cada partido possa reflectir sobre a crise que atravessa a vida política e, a partir da diversidade e seus diferentes percursos, cruzar propostas de medidas para a ultrapassar.

Sr.^{es} e Srs. Deputados, a crise do sistema político é um dado incontornável da sociedade portuguesa. Um fenómeno extremamente complexo cujos sinais, mais ou menos visíveis, se somam no quotidiano de modo indistigável. São sinais traduzidos no crescente desinteresse e afastamento dos cidadãos da participação na vida pública, no divórcio face à política e na atitude de descrédito em relação aos que nela se envolvem. São sinais a que acresce a cada vez menor confiança dos cidadãos nas várias instituições, também elas descredibilizadas, cada vez mais questionadas pela opinião pública, pelas prioridades e interesses que as movem, pelo seu modo de funcionamento, burocrático, divorciado da realidade e, não raro, paralisante.

Uma realidade que em poucos anos, no nosso país, transformou a abstenção naquilo a que alguns designam como «o maior partido português». Uma realidade, para Os Verdes, que não se compadece com respostas lineares nem receitas únicas que, empobrecendo o debate, têm confinado a discussão do problema ao sistema de representação e invariavelmente conduzido a sua solução à mulagrosa alteração do sistema eleitoral.

É assim que Os Verdes, embora admitindo que eventualmente as respostas também passem por aí, entendem que o

problema é bem mais complexo, radica em causas mais profundas, sendo preciso identificar as razões que lhe estão na origem, confrontar diferentes opiniões, explorar gradualmente múltiplas vias, assumindo todos a responsabilidade do seu envolvimento na adopção de caminhos alternativos.

Caminhos que conduzam a medidas múltiplas, que entendemos prioritárias — e para as quais o nosso grupo parlamentar, já nesta legislatura, com a apresentação de um projecto, decidiu contribuir —, perante uma realidade que degrada a qualidade da democracia, que cerceia os cidadãos no exercício dos seus direitos (desde logo o direito à cidadania), que silenciosamente vai minando o próprio sistema político.

Trata-se de uma realidade que, a não ser radicalmente modificada, não tardará a fazer deste o sistema dos políticos que falam mas nada dizem, dos votantes que votam mas não elegem, dos meios de informação que desinformam, das escolas que ensinam a ignorar, dos juizes que condenam as vítimas, do dinheiro mais livre do que as pessoas e dos seres humanos aprisionados por objectos.

Um sistema em risco a que não é certamente alheio o modo como predominantemente hoje se faz política e a cultura política instalada, o modo como as pessoas, no nosso país, vivem e participam na vida da comunidade e nas tomadas de decisão, o modo como as relações entre os diferentes poderes se estabelece, o papel dos diferentes agentes políticos e instituições, designadamente do Parlamento, no sistema político, o modo como as agendas políticas são determinadas, impulsionadas por que lógicas e para satisfazer verdadeiramente que necessidades.

São interrogações múltiplas que, sem o pretensiosismo de pensamentos politicamente correctos ou verdades absolutas, de que não somos nem pretendemos ser partidários, nos levam a constatar factos que não são alheios à situação a que em Portugal chegámos, em que a política, outrora feita de ideias e de valores, se tem tornado, em geral, numa indústria, num espectáculo que vende candidatos como o mundo dos negócios os seus produtos.

Trata-se de factos que transformam os cidadãos em meros espectadores, amorfos e passivos, que não são estimulados a participar, a responsabilizar-se, a debater a coisa pública ou a decidir sobre o seu futuro, antes são convidados a escolher a pessoa a quem vão, como um mecenas, ou como um herói, confiar esse futuro. São pessoas, cidadãos portugueses, entenda-se, cada vez mais manipulados, alienados, atomizados na nossa sociedade. Gente desenraizada, sem quaisquer laços de pertença, sem vínculos. Pessoas excluídas de qualquer tipo de participação social aos mais variados níveis, na vida do condomínio, do bairro, da empresa, nos movimentos culturais e desportivos e nas associações cívicas ou políticas.

Esta é uma tendência inquietante que põe em risco a democracia e que, em nome da sua saúde e da sua própria sobrevivência, é tarefa de todos contrariar. Uma tarefa que terá de corresponder, é nossa convicção, a um melhor ordenamento dos diferentes territórios que intervêm na sociedade — social, económico político —, tendo por objectivo pôr fim a relações de vizinhança perigosas e a alguma opacidade e promiscuidade reinantes.

Assim, Os Verdes manifestam a sua abertura para apoiar propostas e assumem também o compromisso de as fazer, apresentando um projecto que permuta introduzir períodos transitórios antes e depois do exercício de cargos governativos aos seus titulares sempre que, o que como todos sabem não é raro, estejam em causa conflitos de interesse

Esta é uma tarefa que não é fácil, a que o Parlamento terá de associar, de acordo com o lugar privilegiado que ocupa no sistema político, com medidas que melhoram o seu funcionamento e credibilidade. Medidas que passam nomeadamente por melhor fiscalizar a lei e zelar pela sua credibilização, pondo fim a situações que actualmente permitem que ao fim de anos permaneça legislação por regulamentar, o que significa permaneça a falha de aplicação, a nula eficácia, sem corresponder às necessidades que a justificaram, medidas que estabeleçam novos códigos e normas de conduta, pondo termo, designadamente, a projectos virtuais e às práticas de «veto de gaveta», medidas que melhorem a eficácia da resposta do Parlamento às solicitações dos cidadãos e lhes dêem, em tempo útil, conteúdo e resposta; medidas que, pensadas numa lógica democrática, que não a actual, de mera domesticação das oposições, favoreçam, ao nível do Regimento, o aprofundamento dos mecanismos e instrumentos de controlo fiscalizador destas. Por exemplo nas sessões de perguntas ao Governo, nas interpelações; no acesso à informação, na limitação da interdição que o segredo de Estado invariavelmente comporta; nos tempos de resposta da Administração, na iniciativa política dos Deputados e dos grupos parlamentares

Trata-se de medidas que contribuam para a valorização do papel e da responsabilidade individuais dos Deputados, medidas que estimulem, em vez de desencorajar, os mecanismos de participação dos cidadãos, individual e colectivamente considerados, medidas, outras ainda, que, na opinião de Os Verdes, terão de ser sinónimo de modificações a introduzir na legislação, quer se trate da iniciativa do Governo ou do Parlamento, mas que, entre outros aspectos, obrigatoriamente terão de considerar a necessidade de pôr fim ao escândalo dos «candidatos fantasma», de introduzir limites ao número de mandatos, de disciplinar o recurso ao mecanismo de suspensão. E, fundamentalmente, medidas que, no tocante ao sistema eleitoral, caso venha a ser alterado, terão forçosamente de conduzir a soluções que aprofundem e respeitem escrupulosamente o princípio da representação proporcional, que está longe de ser perfeito e precisa de ser melhorado, mas que não desvirtuem o sentido do voto e, ao invés de afunilar, alarguem o pluralismo e a diversidade de opiniões

Sr Presidente da República, Sr Presidente da Assembleia da República, Srs Membros do Governo, Sr^{as} e Srs Convidados, Sr^{as} e Srs Deputados. Por último, não quero deixar de abordar uma questão que para Os Verdes é indissociável de todo este imenso debate. Prende-se com o modo como as agendas políticas são determinadas, as lógicas a que obedecem, os interesses a que se submetem e as necessidades que satisfazem, uma questão que, para Os Verdes, reclama, face à visão cultural hoje nelas implícita, ser totalmente repensada, sob pena de o nosso país correr o risco de ficar irremediavelmente excluído de participar num dos desafios civilizacionais mais importantes do nosso tempo: enfrentar a crise ecológica.

É um desafio que, para pôr fim aos desequilíbrios, desigualdades e pobreza, não pode continuar a ser equacionado nem é resolúvel sem uma visão política prospectiva, sem o abandono de velhos paradigmas ultrapassados, sem uma nova ética e sem uma solidariedade em relação às gerações futuras

Esta crise, que reclama, porventura como outras o vão reclamar, nesta Câmara, quer se fale da reforma fiscal quer da reforma do Estado-providência, tem diferentes formas de fazer política, do abandono do imediatismo, do abandono da gestão em função estrita de ciclos eleitorais e da recusa em afrontar os interesses instalados.

Sr Presidente da República, Sr^{as} e Srs Deputados. Falámos de realidades que nos inquietam, falámos de factos que a nós e porventura a outros indignam, questões que vale certamente a pena discutir, questões que, acima de tudo, reclamam respostas, respostas que, para nós, Os Verdes, que recusamos fazer parte da política espectáculo, é tempo de provarmos. Tem de ser uma construção nossa!

(A Oradora reviu)

Aplausos de Os Verdes e de alguns Deputados do PCP

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Portas, em representação do Partido Popular

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente da República, Sr Presidente da Assembleia da República, Sr^{as} e Srs Membros do Governo, Altos Dignitários do Estado, Sr^{as} e Srs Deputados, Sr^{as} e Srs Convidados: Quando a abstenção atingiu entre nós níveis que já deixaram de ser preocupantes para se tornarem simplesmente alarmantes, a inquietação com a crise política não pode ter uma natureza apenas especulativa. Há-de ser sincera na detecção dos erros e eficiente na arquitectura das reformas. De contrário, a própria ideia de crise política se tornará um elemento retórico dessa crise. O dado objectivo que conhecemos é que quatro em cada dez portugueses, já não encontram razões para acreditar na política ou confiar nas instituições

A abstenção é um desprezo que só costuma acontecer aos países de tal forma desenvolvidos que os seus povos não vêem urgência em participar. Mas em Portugal, onde é muito mais o que está por fazer do que o trabalho feito, a abstenção é uma severa condenação dos nossos hábitos políticos

Os democrata-cristãos têm uma agenda para a reforma política e o que hoje devemos fazer é o enunciado das suas linhas de orientação. Vamos, aliás, começar um trabalho de fundo para que a reforma seja um modelo consistente e não um acervo de retoques avulsos. Esse trabalho só pode ter dimensão constitucional e dará lugar, por isso mesmo, no próximo ano, à apresentação, pelo nosso partido, de um projecto de Constituição para o século XXI.

Preocupa-nos a autenticidade da política e, por isso, como questão prévia, colocamos o respeito pela vontade popular. Os partidos de esquerda demoraram muito tempo a aceitar o referendo, mas essa foi uma conquista demasiado importante para que possamos aceitar qualquer tentativa, vinda ainda de uma parte da esquerda, para neutralizar o valor dos referendos já realizados. Digamo-lo com clareza: a tentação de

colocar a democracia representativa contra a democracia directa, o Parlamento contra o povo, ou de ganhar aqui, onde as maiorias têm outras razões, um voto perdido nas urnas da democracia directa, onde uma só questão foi apreciada, seria um péssimo serviço prestado à democracia

Na questão, para nós essencial, do direito à vida, exigimos respeito pelo voto expresso em referendo e, se outros o não respeitarem, entendemos que o Sr. Presidente da República deve exercer o direito de veto sobre uma lei de despenalização do aborto sobre a qual a Nação já se pronunciou e disse o que tinha a dizer

Aplausos do CDS-PP

É o que faremos em nome do direito à vida, certamente, mas também em nome da dignidade do instituto do referendo, evidentemente

Preocupa-nos a desvalorização do Parlamento, inclinação que já notámos em vários governos, mas cuja responsabilidade também se encontra na inércia do modelo de funcionamento da nossa instituição. É tempo de elaborar um novo Regimento para que o Governo responda no tempo em que os factos acontecem e não fora de tempo, como as actuais regras permitem, para que o Governo seja verdadeiramente escrutinado, com intensidade ideológica, clareza política e rigor técnico, o que é bem diferente da modesta vigilância que a este Parlamento é consentida pela escassa criatividade das formas em vigor. Tudo isto, naturalmente, com regras equitativas, desde o mero direito de réplica até à summa questão dos inquéritos, onde, por natureza, a maioria não pode ter maioria, se queremos que a verdade seja apurada, correndo o saudável risco de a verdade apurada não ser a verdade da maioria

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Mais Governo no Parlamento e equidade entre Governo e Oposição no Parlamento, é certamente o método para conseguir que o fiscal, verdadeiramente, fiscalize

Preocupa-nos a relação entre a origem do poder e a capacidade de controlo democrático sobre esse mesmo poder. Se vivemos um tempo em que o poder político parece ter cedido ao poder económico, e este ao poder financeiro, se vivemos um tempo onde notamos um certo declínio do interesse geral em nome de interesses multinacionais privados e tendencialmente anónimos, é preciso recuperar a força da política como disciplina do interesse geral

E quando cerca de metade da legislação que entra em vigor no quotidiano dos portugueses vem de fora, tem origem na União Europeia e não merece deste Parlamento o escrutínio necessário, antecipado e rigoroso, isso significa que metade do controlo do poder que devemos exercer é, precisamente, metade do controlo do poder que não fazemos

Aplausos do CDS-PP

Cá estará uma nova lei de acompanhamento dos actos comunitários que verdadeiramente mude o sistema de con-

trolo da legislação decidida em Bruxelas e que, hoje, escapa ao debate e ao escrutínio democráticos

Preocupa-nos, também, uma tendência que muito recentemente — e bem! — tem sido criticada por quem pode e deve criticá-la, a tendência dos governos, mas não só, legislarem a propósito e a despropósito, demasiadas vezes, com más leis, leis mal escritas, leis redundantes, leis por regulamentar e que nunca são regulamentadas. Nada disso prestigia a democracia portuguesa. Precisamos de poucas e boas leis!

Preocupa-nos a proximidade da democracia e, nessa matéria, com a honestidade de quem sempre disse que é direito dos portugueses terem um Deputado concreto, com rosto concreto, a quem possam premiar ou castigar, com a naturalidade de quem sempre entendeu que devemos conciliar a representação de todas as correntes de opinião, que só o método proporcional assegura, com a existência de Deputados com rosto e eleitores que os possam escrutinar, quero deixar claro nesta Câmara que entendemos o seguinte: uma coisa é alterar o sistema eleitoral para o melhorar, outra é conceber um truque eleitoral em que os dois partidos do Bloco Central pretendam desembaraçar-se da concorrência, respectivamente, à sua esquerda e à sua direita

Aplausos do CDS-PP

E se for essa a tentação do Bloco Central, saibam que pediremos o recurso à democracia directa para que seja a fonte da democracia, que é o povo, a dizer qual o sentido orientador da refundação do sistema político

Preocupa-nos, ainda, a propósito da proximidade da democracia, um regime de incompatibilidades com o qual nunca concordámos. Entendemos que é necessário um registo de interesses transparente, onde se assuma eticamente o conflito entre o Deputado, e aquilo que está em causa nesta Câmara, mas não queremos um regime de incompatibilidades que afaste desta Câmara o País como ele é, correndo o risco de a tornar, um dia, um mero espelho dos aparelhos partidários.

Nesta Câmara não-de estar empresários e operários, professores e estudantes, sindicalistas e patrões, quadros e funcionários — a Nação por inteiro, tal como ela é. Nesta Câmara, não não-de estar apenas aqueles que não tenham qualquer incompatibilidade, por não terem qualquer outra vida

Aplausos do CDS-PP

Preocupa-nos a equidade da democracia. A vários níveis. Desde logo, o territorial, porque somos daqueles que não podem ignorar que há uma parte considerável do País, nas zonas interiores, onde é cada vez menor a população e, por isso, cada vez são menos os Deputados. Ora, não há forma de, através de Deputados exíguos, o que restam nesses círculos eleitorais, acrescentar voz e peso político ao País que, estando no interior, está a perder população.

Talvez seja tempo de pensar que um Pequeno Senado cumpra a função de representar com paridade e igualdade o País das cidades e o dos campos, independentemente de regras demográficas, e a de assegurar melhores leis, uma espécie de segunda leitura legislativa qualificada. Precisamos da presença na vida pública portuguesa daqueles que, tendo mais experiência, têm mais saber

Preocupa-nos, ainda, a exiguidade do debate político, pelo menos no serviço público de televisão que a isso está obrigado e, ainda, a necessidade de regulamentar o único mercado que, em política, está inteiramente desregulamentado — o das sondagens, onde a vítima paga pelo erro de terceiros.

Finalmente, deixaria duas palavras sobre a questão do financiamento da democracia. É nossa convicção — e estamos dispostos a nisso evoluir até onde fôr necessário — que o único critério que previne seriamente a corrupção é o da evolução para um financiamento tendencialmente público da vida política portuguesa.

É nossa convicção que ou os partidos fazem um pacto de gastos eleitorais, onde prescindem do acessório, onde se limitam ao necessário, onde o País não é inundado por inutilidades e a política não sai dispendiosamente cara com pouquíssimos resultados, ou, então, o carácter dispendioso da política não vai parar de crescer e isso, certamente, acaba mal.

Como viram, as preocupações do Partido que aqui representa a democracia cristã são preocupações de reforma política. Somos conservadores e, por isso, só contarão connosco para prestigiar e credibilizar as instituições, porque uma nação antiga vive das suas instituições, mas, sendo reformistas, contarão connosco para iniciar a reforma política que já tarda.

(O Orador reviu.)

Aplausos do CDS-PP, de pé

O Sr. Presidente — Em representação do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Sr.^{tes} e Srs. Convidados, Sr.^{tes} e Srs. Deputados. Nesta (julgo que inédita) sessão de abertura da nova Legislatura quero, em nome do Grupo do Parlamentar do PCP, fazer duas breves declarações e uma sucinta reflexão.

A primeira declaração tem a ver com a acrescida responsabilidade do Governo face aos resultados eleitorais do passado dia 10 de Outubro.

No espaço de uma semana, decorrido entre a contagem dos milhões de votos dos cidadãos eleitores residentes no País e a contagem relativa às escassas dezenas de milhar de votos dos portugueses residentes no estrangeiro, as perspectivas dos resultados eleitorais definitivos alterou-se significativamente: de uma minoria relativa tida como certa por todos, e em particular pelo PS, passámos à realidade de uma igualdade entre Deputados que apoiam o Governo e Deputados que representam partidos políticos que se opõem ao partido no Governo.

Do ponto de vista político, isto significa, substantivamente, que o Governo e o grupo parlamentar que formalmente o apoia, não dispondo de uma maioria absoluta nesta Assembleia, têm a possibilidade de rejeitar, liminar e cegamente, todas as propostas provindas das oposições. Esta situação de facto cria, desde logo, uma primeira e acrescida responsabi-

lidade política e democrática ao Governo e ao PS: a de não se deixarem cair nessa tentação.

Mas este resultado eleitoral expresso na representação parlamentar suscita uma segunda, e não menor, responsabilidade política para o Governo. Se com uma maioria relativa de Deputados o Governo poderia encontrar pretexto para continuar com a «navegação à vista», com a gestão do dia-a-dia e o adiamento permanente das medidas e reformas políticas de maior fôlego que o País e a sociedade portuguesa exigem, com a «paridade» parlamentar obtida o Governo perdeu esse pretexto.

O Governo deixou de ter qualquer alibi para prolongar a ausência de vontade política, manifestada na anterior legislatura, e para afrontar interesses e regalias ilegítimos implantados na sociedade portuguesa.

A segunda declaração que pretendo fazer reporta-se ao posicionamento que o PCP e o seu grupo parlamentar assumem neste quadro político. Somos, declarada e francamente, oposição de esquerda ao Governo. Seremos oposição tão frontal quanto responsável, mas — e sobre isso não restem dúvidas — os nossos compromissos primeiros e essenciais são aqueles que assumimos com os eleitores nos nossos programa e campanha eleitorais.

De forma séria e transparente, tudo faremos para honrar esses compromissos, como, aliás, sempre o temos feito: apresentando e defendendo empenhadamente as nossas propostas e projectos de lei, visando mais democracia e maior afirmação dos direitos e liberdades, mais progresso económico, mais justiça social, mais respeito pelos que trabalham e pelos seus direitos, mais solidariedade para com os que mais dela necessitam e mais independência do poder do poder político face ao poder económico.

Aplausos do PCP

... opondo-nos e combatendo, sem tibiezas e sem receios de qualquer natureza, todas as medidas e políticas que sejam contrárias a estes princípios e a estas orientações, venham elas de onde vierem.

Repito: os nossos compromissos são com os portugueses, com os trabalhadores e com os nossos eleitores e não com qualquer dita estabilidade governativa alicerçada na confusão e na falta da verdade e de transparência políticas.

A reflexão que me proponho fazer, sucinta embora, tem como ponto de partida a regular tendência de crescimento da abstenção que se vem registando nos sucessivos actos eleitorais. Estando longe de ser o único, este é para nós um dos preocupantes factores no funcionamento do sistema político que se vêm registando no nosso País.

Factores que, apontando para a necessidade de mudanças, têm servido de pretexto a muitos para discorrerem sobre a «reforma do sistema político», mas visando, na verdade, objectivos políticos menos edificantes. Há, por exemplo, os que sob este «chapéu de chuva» querem alterar as regras da proporcionalidade (já agora distorcida) para conseguir mais peso político na Assembleia da República, com os mesmos ou até com menos votos. Tal como há quem queira justificar, com as «culpas» do sistema político, as promessas aos eleitores que não sabem ou não querem cumprir.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Como o PCP repetidamente tem dito e escrito, é, de facto, imprescindível melhorar a identificação dos cidadãos com o sistema político, melhorar a vida democrática, a qualidade e as possibilidades efectivas da participação dos cidadãos. Mas isso não justifica operações de engenharia eleitoral, distorcendo a conversão democrática dos votos em mandatos, susceptíveis de adulterar os comportamentos eleitorais

Diversamente, o que básica e essencialmente se exige é uma alteração profunda das atitudes dos que exercem a função e os cargos políticos, acompanhada da permanente vigilância e intervenção pedagógica da mais alta figura do Estado, travando os ímpetus de governamentalização de todos os órgãos de poder e impedindo a utilização abusiva do aparelho do Estado ao serviço de interesses eleitoralistas e partidários

Aplausos do PCP

Os níveis elevados de abstenção ou o descrédito crescente dos cidadãos nos órgãos do poder, na Assembleia da República como no Governo, têm fundamentalmente a ver com o facto dos cidadãos não verem os seus problemas resolvidos, com o facto de verificarem que as promessas em que acreditaram mais não foram que formas ilegítimas de arregimentação de votos

O que afasta os cidadãos da política é a permanente verificação de profundas divergências entre inflamadas declarações de princípios de políticos e de partidos políticos e a sua prática.

É, por exemplo, assistir a uma forte campanha na tentativa de imposição, por via legal, das celebradas «quotas» para mulheres nos órgãos do poder e verificar que quem nessa campanha mais empenhado se mostrou, logo de seguida esqueceu esse princípio na formação das suas listas eleitorais e na formação do Governo...

Aplausos do PCP

...ou é, ainda, constatar que quem mais se bate pela criação de círculos eleitorais uninominais, com o pretexto de aproximar os eleitos dos eleitores, é quem mais deputados virtuais elege, porque logo deixam de o ser no dia da tomada de posse da Assembleia da República

Aplausos do PCP

O que leva os cidadãos a manifestarem um muito preocupante descrédito pela Assembleia da República são as tendências de governamentalização da vida política e o exagero com que muitos cultivam no discurso parlamentar a mera retórica de palavras ocas, em vez de darem voz aos problemas que diariamente afligem e interessam os seus eleitores, é verificarem que em vez do reforço dos poderes de fiscalização da Assembleia sobre o Governo o que de há muito se vem assistindo é à sua redução; é constatarem a baixa eficácia dos trabalhos parlamentares, por exemplo, na resposta às petições dos cidadãos e, de uma forma mais geral e mais

uma vez, na resposta concreta e eficaz aos problemas e aos interesses dos cidadãos, é serem confrontados com o facto de durante praticamente toda uma legislatura os serviços de informações terem estado sem fiscalização, por responsabilidade dos dois maiores grupos parlamentares, ou com a convocação de um referendo menos de 24 horas depois de a Assembleia ter aprovado uma lei sobre a questão

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — O PCP, Sr Presidente e Srs Deputados, entende que são vantajosos e necessários aperfeiçoamentos do nosso sistema político. Nisso estamos empenhados, para isso não regatearemos esforços se os objectivos efectivamente pretendidos forem, por exemplo o reforço da proporcionalidade do sistema eleitoral e da intervenção dos cidadãos no exercício do poder, uma maior responsabilização dos políticos, a criação de condições para maior rapidez na investigação e julgamento de processos que envolvam grupos económicos ou políticos; a criação de registos de interesses para todos os cargos políticos, o alargamento do período e conteúdo de impedimento do exercício de certas funções privadas após exercício de certas funções políticas e públicas, a proibição do financiamento de partidos políticos por empresas, a efectiva redução substancial das despesas eleitorais, o levar a democracia a todo o País, particularmente ao interior das empresas e a instituições em que direitos elementares continuam a ser recusados aos que as integram

Aplausos do PCP

...ou, ainda, o combater de forma eficaz a lentidão e o elevado custo da justiça

Em suma, para aperfeiçoar o sistema político em todas as suas dimensões podem contar com o PCP e com o seu grupo parlamentar. Para o aperfeiçoar, mas não para o degradar!

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Em representação do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr Deputado Durão Barroso

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente da República, Sr Presidente da Assembleia da República, Sr^{as} e Srs Deputados. Começo a minha intervenção nesta sessão solene de abertura da VIII Legislatura saudando a presença, entre nós, do Sr Presidente da República

Interpreto esse gesto de V Ex^{as}, Sr Presidente, como digna e justa demonstração de respeito pela instituição parlamentar. Por isso mesmo, não posso deixar também de manifestar estranheza pela ausência do Sr Primeiro-Ministro

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Uma ausência que seria impensável num País de tradições democráticas mais consolidadas do que o nosso. Uma ausência que revela como no nosso País ainda tem de se percorrer um longo caminho em matéria de cultura democrática

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Fala-se hoje muito na necessidade de reformar o sistema político, mas essa reforma não passa apenas pela transformação das instituições e das regras jurídicas. Devemos resistir à nossa tendência para acreditar que, ao fazermos leis, os problemas ficam, desde logo, resolvidos. Tal reforma surge antes do mais como um problema de educação cívica e de cultura política.

A questão central que o funcionamento do sistema político actualmente coloca é a da falta de qualidade da nossa democracia e, neste quadro, é inevitável considerar-se o problema da qualidade dos políticos e dos seus comportamentos.

Discordo, em absoluto, do discurso populista e demagógico contra os políticos. Não me revejo sequer na expressão «classe política», que assenta na ideia de uma artificial separação entre os políticos e as restantes pessoas e revela um inaceitável preconceito contra aqueles. Por mim, não faço parte de nenhum sindicato de políticos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... e não aceito pensar a política em termos corporativos ou numa lógica de grupos.

Mas é difícil trabalhar no sentido da dignificação da função política quando aqueles que a exercem se prestam à condenação pública. Assim se deteriora o elo fundamental em que assentam todas as sociedades mais desenvolvidas: a confiança.

Por isso, insistimos na necessidade de os políticos assumirem um comportamento cívico exemplar, pois só assim conseguiremos afastar a generalizada suspeita que a irresponsabilidade de alguns originou e que desenvolvimentos recentes vieram agravar.

É também na qualidade da democracia que pensamos quando um País apresenta, como acontece entre nós, um grau tão elevado de concentração de poderes num só partido.

É certo que, na maior parte dos casos, esse poder se encontra democraticamente legitimado.

Vozes do PS. — Ah.. !

O Orador: — ... mas não é menos certo que a partir desse poder têm-se criado redes tentaculares de influências e privilegiado a clientela de um partido que se tem deliberadamente confundido com o Estado.

Aplausos do PSD.

Por comparação com a situação que se vivia há alguns anos atrás, a sociedade está muito mais desenvolvida, mas o Estado é hoje muito menos pluralista.

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Orador: — Gostaria, por isso, de aproveitar a presença do Sr. Presidente da República para lhe solicitar uma atitude cada vez mais atenta aos riscos de hegemonização par-

tidária e, consequentemente, à deterioração da relação do sistema político com a sociedade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Isso era no tempo do Cavaco! Isso era antes!

O Orador: — É ainda a qualidade da nossa democracia que está em causa quando a composição e a orgânica do Governo segue a linha das lógicas partidárias e não do interesse nacional; quando as nomeações para cargos de alta responsabilidade obedecem a critérios clientelares e se colonizam partidariamente a Administração Pública...

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Isso era antes! Já não estamos nesse tempo!

O Orador: — ... quando personalidades independentes, nomeadas pelo Primeiro-Ministro, são forçadas à demissão e aquele prefere manter um silêncio comprometido sem assumir as responsabilidades que lhe cabem; .

Aplausos do PSD

.. quando o Governo foge sistematicamente a dar explicações sobre assuntos de evidente relevância nacional e esconde informações a esta Assembleia; quando o Governo sacrifica o rigor das contas públicas, pretendendo assim escapar ao escrutínio dos cidadãos e lançar sobre as gerações futuras os encargos que hoje se recusa a assumir com transparência.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A qualidade da nossa democracia está, igualmente, em causa quando se tenta desprestigiar a vontade dos portugueses livremente expressa em referendo, quando se quer retomar, de forma dissimulada, a ideia de regionalização, desta feita através da criação dos comissários regionais, que mais não seriam do que agentes políticos ao serviço dos interesses do partido no poder...

Aplausos do PSD.

... ou, ainda, quando se pretende recolocar a questão da liberalização do aborto, justificando a iniciativa com argumentos meramente formais.

Apetece perguntar se valerá a pena continuar a chamar os portugueses ao voto em referendo. Apetece perguntar se valerá a pena devolver a decisão aos cidadãos, para logo a seguir a Assembleia da República ignorar, ilegitimamente, a vontade daqueles. Apetece perguntar se é assim que queremos aumentar a relação de confiança entre a sociedade e a política.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados O PSD está bem ciente de que se torna indispensável introduzir mudanças de fundo nas regras que definem o funcionamento do sistema político e fará dessas mudanças uma das suas principais prioridades

Pretendemos uma reforma que vise, desde logo, satisfazer três objectivos essenciais: introduzir critérios de transparência; incrementar a proximidade entre eleitores e eleitos; aprofundar a dimensão participativa da nossa democracia

A transparência do sistema político exige a revisão da legislação sobre os partidos políticos e sobre o seu financiamento. A actual lei dos partidos políticos conta já um quarto de século de existência e permite que se arrastem situações de indefinição que em nada prestigiam as organizações partidárias

Por outro lado, a presente situação em matéria de financiamento partidário é intolerável. Deveria existir, da parte dos partidos políticos, um rápido entendimento, por forma a colocar um ponto final no financiamento destes por empresas privadas. Se não formos capazes de o fazer, a crescente confusão entre interesses públicos e privados comprometerá a independência da função política

A segunda orientação que assumimos concerne à aproximação entre os cidadãos e os seus representantes, cuja consagração passa pela reforma do sistema eleitoral para a Assembleia da República

Empenhar-nos-emos na imediata reforma da lei eleitoral com o objectivo de instituir os círculos uninominais. Não podemos ignorar mais as reclamações da sociedade civil, contestando a tendência para a funcionalização dos eleitos ou até um excessivo peso dos aparelhos partidários

Não podemos negar mais as exigências para que cada eleitor conheça o seu próprio Deputado, ao qual possa recorrer na defesa dos seus legítimos interesses, e não podemos mais esquecer a necessidade de aumentar as responsabilidades dos eleitos e incrementar a fiscalização da sua actividade

Por outro lado, a eventual instituição de um senado é uma matéria que, no actual estado de consolidação da nossa democracia, merece uma reflexão interessante e aprofundada

Somos, em terceiro lugar, pela valorização dos mecanismos de participação directa dos cidadãos. O actual quadro de democracia representativa só fica a ganhar com o recurso à consagração ou alargamento de soluções que permitam aos eleitores uma intervenção política real

O exercício da democracia não pode resumir-se ao acto de votar de vez em quando, por isso consideramos indispensável alargar o âmbito e precisar os efeitos do referendo nacional e das consultas locais, bem como completar a regulamentação dos referendos regionais

Deve, igualmente, concretizar-se a regra constitucional — que alguns esqueceram — que permite a candidatura de listas independentes às eleições para os órgãos autárquicos

No quadro limitado desta intervenção não é possível dar conta da globalidade do pensamento do PSD sobre a reforma do sistema político. Tentei, por isso, centrar-me em algumas das questões mais debatidas quando desta matéria se trata, mas isso não significa que o meu partido não vá igualmente empenhar-se na resolução de outros problemas: é o caso do sistema de justiça, cuja desorganização e inoperância

contradizem, na prática, os princípios estruturantes do próprio Estado de direito democrático, é o caso da Administração Pública, cujo comportamento lento e burocratizado põe em causa os direitos fundamentais do cidadão, é o caso da reforma do funcionamento deste Parlamento e da necessária valorização do estatuto da oposição, é o caso do aprofundamento das autonomias regionais, condição indispensável ao seu desenvolvimento no quadro da unidade nacional, é o caso da valorização do poder local, para que este constitua uma verdadeira alternativa à regionalização que o País rejeitou

Um Estado mais moderno e mais democrático só será possível se se combater com êxito o centralismo prevalente e se der corpo a uma genuína descentralização política

Aplausos do PSD

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Assiste-se actualmente, entre nós, a uma cada vez maior separação entre o mundo real das pessoas e o mundo artificial da política. Este fosso explica os níveis de abstenção e o afastamento da actividade política por parte de muitos dos melhores elementos da sociedade civil e, em especial, dos jovens

Em vez de um discurso supostamente pedagógico e paternalista, melhor fora que reconheçêssemos que, muitas vezes, é a juventude quem tem razão e que se há desconfiança face à política a culpa não é das pessoas mas da qualidade da própria política

Aplausos do PSD

Quando os cidadãos se queixam da incapacidade do sistema na resolução dos seus problemas, atribuindo a responsabilidade ao Estado, a um vago e distante poder, a «eles» — Os «eles» de que falam estão aqui — «Eles» somos nós! É cada um dos presentes nesta Sala. É cada um dos titulares de cargos em órgãos do poder político. Mas nós, que temos a capacidade de produzir leis, não podemos continuar a desculpar-nos com o sistema, como se este fosse algo de abstracto e independente de nós próprios, como se não tivéssemos a legitimidade, a responsabilidade e o dever de corrigir esse mesmo sistema.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — A Legislatura cujo início agora assinalamos pode ser, se para isso existir realmente vontade, o ponto de viragem reformador

Quero, por isso, reafirmar aqui, em nome do PSD, que estamos decididos a trabalhar sem hesitações na busca das soluções para os problemas que bloqueiam o nosso sistema político

Assim honraremos o espírito reformador do nosso fundador e um dos construtores do regime democrático português, Francisco Sá Carneiro, o qual sempre se bateu por uma democracia plena e por uma cultura política moderna

O PSD, com as responsabilidades que lhe advêm da sua condição de principal partido da oposição, empenhar-se-á, por isso, numa verdadeira reforma do sistema político

Aplausos do PSD, de pé

O Sr Presidente. — Em representação do Partido Socialista, tem a palavra o Sr Deputado Francisco de Assis

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente da República, Sr Presidente da Assembleia da República, Sr^{as} e Srs Membros do Governo, Sr^{as} e Srs Convidados, Sr^{as} e Srs Deputados Usando da palavra nesta sessão que marca simbolicamente o início de uma nova Legislatura, quero começar por saudar o Sr Presidente da República e exprimir-lhe a admiração do nosso grupo parlamentar pela forma isenta, independente e superior como tem exercido as altas funções em que está investido.

Aplausos do PS, de pé, e de alguns Deputados do PSD

Quero também saudar o Governo, saído de umas eleições recentemente realizadas e que foram claramente ganhas pelo PS, saudar um Governo que não tem necessidade de, em circunstância alguma, exprimir manifestações suplementares de respeito pelo Parlamento, porque sempre que esteve em causa o respeito pelo Parlamento este Governo revelou estar à altura das suas responsabilidades

Aplausos do PS, de pé

Sempre que esteve em causa o respeito pelo Parlamento, o Sr. Primeiro-Ministro, contrariamente ao que acontecia até então, revelou, claramente, qual era a sua visão da democracia,

*Aplausos do PS, de pé**Protestos de alguns Deputados do PSD*

qual era a sua visão do papel que o Parlamento deve ter na nossa democracia representativa E é por isso que nós, contrariamente a outros, não estranhámos que o Sr Primeiro-Ministro não tenha abdicado de participar numa conferência internacional da maior relevância, que conta com a presença de todos os principais líderes mundiais, para estar, hoje, aqui presente É porque, verdadeiramente, sempre que é necessário, este Parlamento sabe que este Primeiro-Ministro, o Engenheiro António Guterres, está aqui presente!

*Aplausos do PS**Protestos e risos do PSD*

Sr Presidente da República, Sr Presidente da Assembleia da República, Sr^{as} e Srs Deputados A democracia é um regime que tem a característica de viver sempre, de alguma forma, em situação de crise e por uma razão muito simples porque, contrariamente aos sistemas, aos regimes totalitários ou autoritários, a democracia compreende-se a si própria, sempre, como um regime inacabado e como um regime aberto a transformações, a alterações e a aperfeiçoamentos Por isso mesmo, em todas as épocas se fez o diagnóstico da crise das

democracias, da crise dos sistemas políticos, da crise dos mecanismos de representação democrática

De alguma forma, ainda bem que assim é, porque isso demonstra que nós todos, investidos em funções de representação democrática, temos permanentemente consciência dos nossos limites, das nossas insuficiências e temos a humildade suficiente para, em cada instante, procurar encontrar novas respostas e novas soluções

Agora, o que nós não podemos permitir é que um discurso lúcido, acerca dos limites e das insuficiências do modelo da democracia representativa se transforme, permanentemente, num discurso de auto-flagelação pública

Aplausos do PS

em relação a essa mesma democracia e em relação àqueles que participam, activamente, nessa mesma vida democrática, porque, Srs Deputados, o discurso da auto-flagelação pública pode esconder alguma insuficiência doutrínaria e alguma incapacidade programática, mas não se pode substituir a um verdadeiro programa de reformas e de transformações aos mais diversos níveis da vida pública

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Posto isto, quero afirmar, claramente, que também nós, socialistas, pensamos que há, hoje — não especificamente em Portugal mas no quadro mais alargado da Europa em que nos inserimos —, alguns problemas reais ao nível do lugar que a política deve ocupar, desde logo, e ao nível dos mecanismos da representação política, em segundo plano

Por isso queria, em primeiro lugar, fazer, justamente, uma referência à necessidade de revalorizarmos a política A política, enquanto espaço de afirmação e de regulação de conflitos e tensões (que, inevitavelmente, percorrem sociedades cada vez mais pluralistas, como são as nossas), deve voltar a ocupar um lugar central na vida das sociedades e na vida dos povos

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — E a verdade é que a mundialização económica e financeira, a globalização cultural, a necessidade de construção de novos blocos regionais levou a que, em grande parte, aquilo que era uma cidadania activamente exercida, ao nível do Estado-Nação, seja hoje uma cidadania insuficientemente desenvolvida a outros níveis e a outros planos Por isso, também pensamos que um dos desafios fundamentais que se nos depara, hoje, a todos nós é o de reinventar a cidadania democrática

Num mundo onde o mercado conta, cada vez mais, com boas e más consequências — devendo nós saber aproveitar as boas e evitar as más —, a verdade é que o indivíduo está cada vez mais investido numa função de consumidor e cada vez mais afastado da função da cidadania E creio que se há, hoje, um programa político de fundo que nos deve e pode unir a todos — dadas as intervenções que aqui foram proferidas — é, precisamente, o de lutar para promover uma espécie de reconciliação histórica entre aquilo que o grande filósofo

Benjamin Constant estabelecia como a distinção entre «a liberdade dos antigos» e «a liberdade dos modernos», a primeira, «a liberdade dos antigos» percebida sobretudo como um dever de participação na vida pública, a segunda, «a liberdade dos modernos» entendida fundamentalmente como um direito de afirmação da autonomia individual privada

Aplausos de alguns Deputados do PS.

Nós, hoje, talvez tenhamos desequilibrado um pouco o prato desta balança, talvez tenhamos evoluído num sentido tal que pusemos em causa princípios de vinculação cívica e política essenciais. E este é um desafio que se coloca a todos nós, independentemente da nossa origem ideológica e da nossa proveniência partidária. Para este desafio, para esta questão — usando uma bela expressão utilizada, em tempos, pelo Sr. Presidente da República e que eu aqui, com a devida licença, vou repetir —, «tal como não há portugueses dispensáveis, também não há Deputados dispensáveis» nós todos temos um papel, independentemente da expressão numérica do grupo parlamentar a que pertencamos.

Aplausos do PS.

Em segundo lugar, temos consciência, também, de que é preciso introduzir reformas no sistema político. São reformas mais ao nível da superestrutura — são reformas ao nível da relação de representação política —, mas temos consciência de que são necessárias e que são possíveis. E mais temos consciência que é possível estabelecer, nesta Assembleia da República, um amplo entendimento em torno da natureza das reformas a adoptar e a concretizar. E também aí quero dizer, muito claramente, ao Parlamento em nome da bancada do PS que, embora o PS e o PSD sejam sempre fundamentais para a aprovação destas reformas, nós não pensamos que os outros partidos se devam excluir do esforço conducente à concretização das mesmas.

De resto, em relação à reforma do sistema eleitoral, consideramos ser uma reforma absolutamente prioritária e essencial porque entendemos existir, hoje, de facto, um problema ao nível da qualidade da representação mas não por uma questão de governabilidade, pois, felizmente, este sistema eleitoral já demonstrou que pode projectar soluções dotadas da estabilidade política mínima, garantindo assim a governabilidade do País. Por isso, nós não colocamos o problema ao nível da governabilidade, nós não colocamos o problema ao nível da redução do pluralismo da representação partidária; nós colocamos o problema num outro plano, nós colocamo-lo ao nível da qualidade, da visibilidade, da transparência da relação de representação democrática.

É precisamente por isto que nós pugnamos por uma alteração do sistema eleitoral no sentido de aumentar a perceptibilidade da relação de representação, no sentido de aumentar a transparência dessa relação, no sentido de aumentar, também, a possibilidade de os cidadãos eleitores exercerem um efectivo escrutínio político em relação a quem vão eleger para a Assembleia da República. É por isto que somos, claramente, a favor dos círculos uninominais, mas, somos simultaneamente, a favor da manutenção do princípio da proporcionalidade. Não queremos que os Deputados

que estão nesta Assembleia da República, representando as diversas famílias ideológicas em que o País se reconhece, saiam por «decisão de secretaria» da Assembleia da República. Nós o que desejamos é que os Deputados estejam nesta Assembleia da República assentes numa relação de representação democrática mais visível e, por isso mesmo também, susceptível de ser melhor fiscalizada por parte dos cidadãos eleitores.

Mais confiamos e projectamos nessa transformação a expectativa de que ela concorra fortemente para uma renovação profunda da vida partidária, porque também nós temos consciência de que os partidos políticos têm de se transformar, têm de se abrir mais à sociedade, corresponderam a uma determinada época histórica, desempenharam, tal como estão organizados, uma função insubstituível na época histórica em que lhes foi dado levar a cabo realizá-la. Mas, hoje, é necessário compreender que, numa sociedade mais mediática, onde emergem novos valores, novos conflitos, novas questões, os partidos políticos têm de abrir-se mais a essa mesma sociedade, têm de revelar um maior grau de permeabilidade em relação a discussões e a questões que estruturam toda a sociedade portuguesa. E nós estamos certos de que uma das vias para garantir essa alteração passa, justamente, pela adopção do princípio dos círculos uninominais, porque os partidos políticos terão outros cuidados no recrutamento dos seus candidatos e estes também terão uma relação diferente com a sociedade envolvente. E essa também é uma das reformas e uma das transformações que pensamos ser importante.

Também estamos, naturalmente, abertos a dar o nosso contributo para uma alteração da lei dos partidos políticos. É uma lei já velha, é uma lei que carece de ser actualizada e aperfeiçoada e nós próprios teremos sugestões e apresentaremos a nossa própria proposta em relação a essa matéria.

No que concerne ao Parlamento, também temos consciência da necessidade de introduzir modificações e, por isso, defendemos uma alteração do Regimento da Assembleia da República e defendemos também uma alteração no que concerne à Lei das Incompatibilidades. Também pensamos que não há razão alguma para que algumas pessoas altamente qualificadas sob vários pontos de vista fiquem de fora desta Assembleia da República, mediante a invocação de um princípio de suspeição geral que é totalmente ilegítimo e que apouca a própria Assembleia da República.

Aplausos do PS

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Por fim, também nós pensamos que é necessária a emergência de uma nova cultura política democrática, em que as ideias não sejam substituídas pelos *slogans*, em que a argumentação não ceda lugar à simples sedução, em que a reflexão profunda não soçobre perante o puro exercício do *marketing* político.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Mas, para mudarmos essa cultura política, temos de começar nós próprios, muitas vezes, a mudar a natureza do discurso político que proferimos, aqui e lá fora,

Aplausos do PS

porque, Srs Deputados, não é pela via do populismo, não é pela via da retórica desprovida de qualquer conteúdo, não é pela via da demagogia mais insensata que nós daremos o contributo histórico que o País, hoje, integralmente reclama de nós todos!

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Termino exprimindo o desejo — desejo assente na audição prévia das intervenções que aqui foram produzidas — de que esta Assembleia da República, que agora inicia uma nova legislatura, saiba estar a altura das expectativas nela concentradas, de que, com lucidez, compreenda as necessidades de transformação que estão estabelecidas e tenha a coragem, a sensatez e o sentido nacional suficientes para adoptar as transformações que se revelem necessárias

O que aqui deixo é o compromisso do Grupo Parlamentar do Partido Socialista somos, hoje, o maior grupo nesta Assembleia da República, mas não agiremos como se essa fosse uma situação perene e não agiremos como se essa fosse uma situação que, de alguma maneira, diminuísse a nossa capacidade de entender as necessidades constantes da Assembleia da República!

Nos não agiremos com espírito de maioria, nós agiremos em todas estas questões com profundo espírito democrático! Assumamos todos, igualmente, as nossas responsabilidades!

Daqui a quatro anos, teremos, com certeza, a possibilidade de fazer um balanço positivo do trabalho entretanto levado a cabo

Aplausos do PS, de pe

O Sr Presidente — Sr Presidente da República, Sr Ministro da Presidência e das Obras Públicas, por si e em representação do Sr Primeiro-Ministro, e Srs Membros do Governo, Srs Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs Vice-Presidentes da Assembleia da República e Srs Deputados, Srs Representantes do Corpo Diplomático, Excelências, Sr Presidente e demais membros do Conselho das Comunidades Portuguesas, demais Autoridades judiciais, civis e militares, Srs Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores A ideia de uma sessão solene consagrada à abertura oficial da VIII Legislatura, e que tanto eu como a Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares adoptamos, tem paternidade certa Nasceu de uma sugestão informal do Sr Presidente da República, aceite sob a condição de ter de «pagar» à Assembleia o tributo da sua presença, honra de que gostosamente lhe dou quitação

Também o Sr Primeiro-Ministro sublinhou a ideia com o maior interesse, mas, infelizmente, um compromisso internacional de estar presente na reunião da OSCE, impede-o de estar, hoje connosco, aqui Mas fez-se representar e o Governo está, ele próprio expressivamente presente Gostosamente o saúdo Devo dizer que o Sr Primeiro-Ministro fez uma tentativa, ou uma sugestão, no sentido de que esta sessão pudesse ser adiada, mas entendeu-se que, nas condições em que nos encontrávamos, era tarde para o fazermos

Visionou S Ex^a o Presidente da República esta sessão como acto solene de reforço da eminente dignidade do Parlamento e oportunidade para uma reflexão, enriquecida pela pluralidade das visões dos partidos representados — e que pena eu tenho de que o povo português todo ele, não possa ter ouvido as brilhantes intervenções dos Srs Deputados, nesta manhã Hoje, a qualidade intelectual e política passou por aqui

Mas, dizia eu, o Sr Presidente visionou esta sessão como uma oportunidade de uma reflexão enriquecida pela pluralidade de visões dos partidos nele representados sobre os constrangimentos que a democracia representativa e a instituição parlamentar enfrentam

Já por tempo demais concedemos ao laxismo, ou à rotina, o adiamento, com foros de irresponsabilidade, de uma construtiva reflexão sobre esse tema

Começemos, pois, por reconhecer a existência de uma verdadeira crise institucional O diagnóstico circula, aliás, pelos canais da opinião pública e esta nos antipodas de um segredo de Estado

Mas reconheçamo-la antes de mais para desautorizar o facilitismo, nem sempre inocente, com que se tenta, por vezes, nacionalizar essa crise, considerando-a um fenómeno tipicamente português, quando não exclusivamente isso mesmo E também, se não sobretudo para desautorizar os que, fazendo tábua rasa das suas verdadeiras causas tentam imputá-las — aí sem raça de inocência! — a nossa classe política (desculpe a expressão, Sr Deputado Durão Barroso), privilegiando, nesse juízo, os Deputados

Eu sei que este deleite de zombar dos responsáveis políticos, em geral, e dos Deputados, em particular, não é de agora Entre nós é seguramente tão antigo como o parlamentarismo Um pouco de familiaridade com a literatura e o jornalismo da monarquia liberal e da primeira república leva-nos à conclusão de que se trata de um vício mental a cuja dependência não resistiram inuitos dos nossos melhores espíritos Ter à mão bodes expiatórios institucionais para os nossos próprios desaires, que tentação! Desfrutar de paralelos facilitantes para os nossos próprios defeitos, que conforto! Passarmos a nós próprios atestados de inteligência e coragem de cada vez que formulamos uma crítica ou a um poderoso dirigimos um docsto, que benção!

Relembro o velho Raúl Proença «Tudo inocente, tudo sábio tudo génio Só o político é o pecado, o crime a maldade, a besta Só ele Fora do campo da política todos cumprem o seu dever Se não fosse o Terreiro do Paço, o País seria um paraíso»

«A verdade » — corrigia Proença — « é que os políticos não são melhores nem piores do que o permitem as condições gerais da mentalidade portuguesa Todo o País tem de aceitar a responsabilidade que lhe cabe»

«Os políticos » — reconhecia ainda — « têm sido realmente maus Mas quantos, fora da política, podem dizer eu cumpri o meu dever?»

Um *distinguo*, no entanto, se impõe nesse então, a maledicência afectava so, ou em qualquer caso mais, os políticos, não tanto as instituições Por isso não era grave O que agora grave se torna é a acumulação dos azedumes de sempre — posto que menos imaginativos — com factores objectivos de raiz civilizacional que potenciam o seu efeito degenerativo

sobre as próprias instituições. *Se licitus est*, com a instituição parlamentar à cabeça.

Que factores causais são esses? Fundamentalmente, um «tornado tecnológico» que banizou das comunicações o tempo e tende a eliminar, das deslocações, a distância. Tudo ou quase tudo é hoje aqui e agora.

Ora, nós sabemos que foi a dificuldade em contactar que levou as sociedades humanas, após o seu progressivo alargamento territorial, a abandonar as formas de contacto e consulta do tempo da democracia directa. Recorreu-se, então, ao expediente da intermediação democrática, que veio a traduzir-se na democracia representativa e na instituição parlamentar como seu principal instrumento.

Pois bem! De repente, sem nos dar tempo a uma adaptação progressiva, o princípio da territorialidade perdeu sentido ou tende a perdê-lo; as fronteiras que delimitavam os territórios estão agora para a circulação das pessoas e das mercadorias como a peneira está para o Sol, o diálogo entre antípodas passou a processar-se à velocidade da luz, e o próprio contacto físico entre remotos demora hoje menos do que demorava, há apenas algumas décadas, uma visita parouqual.

Numa vertigem de que se não vislumbra o momento seguinte, o telefone, o telégrafo, a rádio, a televisão, o telemóvel, o computador e a *internet*, progressivamente, «instantaneizaram» o diálogo político e, em geral, o diálogo humano. A *ágora* grega tem agora o tamanho do Mundo e o conceito de globalização saltou ágil dos discursos políticos para as comunicações, os mercados, as trocas, as bolsas, o turismo, as migrações, os consumos, os comportamentos, os gostos. O Mundo só das utopias está aí em gestação imparável.

Resultados mais relevantes para a nossa reflexão ao nível das sociedades humanas: a degradação da família; a desvalorização da escola; a perda de influência das autoridades espirituais; a «nihilização» dos valores, o relaxamento dos laços comunitários; a horizontalização do acesso à informação e ao conhecimento; a individuação da responsabilidade; a libertação dos comportamentos.

Cada família tem hoje em casa um aparelho de televisão; um número astronómico de cidadãos comunica, não importa de onde, nem para onde, com o seu telemovelzinho, cresce em ritmo de vertigem o número dos que navegam na *internet*; a disponibilidade por família de um computador ligável em rede a centrais electrónicas é uma perspectiva para amanhã apenas, se não é já, em grande medida, de hoje.

Para quê ir mais longe? Já o último Programa do Governo prevê «experiências com voto electrónico»; «relações interactivas entre eleitos e eleitores na Assembleia da República, através de correio electrónico»; páginas bidireccionais dos Deputados na *internet*; experiências de «comércio electrónico»; «o incremento da democracia electrónica no plano local». Faz bem o Governo em não se deixar surpreender pela novidade que em tudo isso há. Mas a perspectiva, a mais ou menos curto prazo, de a população do Mundo se converter em milhares de milhões de unidades electromagnéticas convence-me de que já não sou deste Mundo. É tempo de ir andando...

Risos.

Eis, pois, uma perspectiva de substituição, tendencialmente global, das formas relacionais herdadas por sucedâneos electrónicos já inventados ou a inventar.

Será que sou só eu a identificar os reflexos deste «tornado tecnológico» sobre as sociedades políticas tradicionais como um regresso inapelável da democracia directa, em natural detrimento da democracia representativa?

Imagino sem esforço o dia em que cada um, por hábito, vote electronicamente a partir de casa, faça encomendas a partir de casa, efectue transferências bancárias a partir de casa — e já hoje, em grande medida, isso se faz.

Será que sou só eu a vislumbrar, nesse futuro electronicizado, a elevação à máxima potência de uma prática de participação política que, assim, pode saltar dos escalões da informação, da consulta e da concertação para a etapa final da co-decisão?

Nesse cotovelo do tempo, que lugar pode restar à democracia representativa e que papel sobranter pode ainda caber à instituição parlamentar?

Faço esta pergunta convicto de que é tarde demais para travar as causas desta angústia colectiva, mas também convicto de que «parlamentos sempre os haverá» (tal como Cristo dizia dos pobres), porque, mesmo quando o voto for electrónico, não se podem fazer leis premindo botões a partir de casa, alguém tem de fazer as leis. Só que o pensamento legislativo já não será o do legislador formal, será, cada vez mais, o pensamento legislativo do legislador material.

Faço esta pergunta, pois, convicto de que é tarde demais para travar as causas desta angústia colectiva e, sobretudo, tarde demais para cultivarmos a ilusão de que, neste «admirável mundo novo», podem mudar as realidades sem mudarem as instituições. Dito de outro modo: morreu sociologicamente Deus, como se diz; esvaziaram-se os valores; o indivíduo absorveu o cidadão, a sociedade civil descomunitarizou-se, libertou-se de temores reverenciais e olhou nos olhos os sacerdotes do poder; o Mundo globalizou-se; a informação virou instantânea; a velocidade das deslocações físicas ultrapassou a barreira do som; tornou-se dispensável a intermediação, mudou, enfim, o céu e a terra, e, apesar disso, podem permanecer imóveis, antiquíssimas e idênticas, como diria o Fernando Pessoa, as instituições políticas, entre elas a instituição parlamentar?

O «tornado tecnológico» que varreu o Globo arrasta consigo específicas consequências políticas a que é necessário estar atento: é o caso, nomeadamente, das ligadas à mundialização dos fenómenos.

Está aí, em acelerado processo de completamento, o Mundo Só dos utopistas. Consequências já concretizadas ou *in itinere*. a relativização — por agora só isso — do peso do Estado-Nação, o recuo do Estado e da sua autoridade por entrega do palco à sociedade civil; o predomínio do privado sobre o público; a galopante substituição do poder político pelo poder económico, e do poder económico pelo poder financeiro — o que já foi hoje aqui realçado, o descrédito das elites, políticas e outras; a sobreposição do indivíduo ao cidadão.

Desenham-se já novas formas de organização política de base regional-comunitária: a União Europeia, a ASEAN, a ALENA, o Mercosul, a caminho talvez de uma Comunidade

das Comunidades, enquanto não chega a hora do «Super Estado Universal», sonhado por Kant, como condição de paz perpétua. Será que podem funcionar de germe organizativo desse «super Estado» a ONU, o G8, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial, para só citar algumas das hipóteses possíveis?

Assim, pois, um Mundo unipolar, numa perspectiva longínqua, espero eu, como forma definitiva de superação do Mundo bipolar dos tempos da «guerra fria», se não for possível revertê-lo aos parâmetros da multipolaridade, consagrando como definitivo o que agora se perfila como transitório.

Uma coisa é certa: ou os responsáveis políticos se põem de acordo sobre o modelo de uma «nova ordem internacional solidária» ou podemos ver-nos confrontados com a perspectiva de uma confusão mundial, portadora dos mais graves riscos, muitos dos quais já cavalgam os respectivos ginetes: um holocausto nuclear, um «big-bang» ecológico, uma explosão de fundamentalismos integristas, um triunfo sem regresso das máfias do crime organizado, um *crash* bolista sem possível controlo, uma ruptura social incontrolável.

Retorno à pergunta de há pouco: em face de um panorama previsional como este, que lugar para a democracia representativa? Que lugar para a instituição parlamentar na sua configuração herdada?

Não esqueçamos nunca as crises económicas e sociais foram sempre o predilecto caldo de cultura das ditaduras. E seríamos ingénuos tendo por irreversíveis os modelos democráticos em fase de afirmação expansiva.

São estas, e as que delas derivam, as verdadeiras causas do desassossego que se instalou nos espíritos, traduzido em apreciações negativas sobre as instituições e os responsáveis políticos.

Se assim é, não vale a pena gesticular ou acumular pequenas indignações ou, dito de outro modo, cultivar o jardim dos nossos mitos confortáveis: ou afrontamos o Minotauro de uma das mais graves crises civilizacionais de sempre ou, de balde, gastaremos iras e queixumes com epifenómenos, ou pouco menos, como a «má prestação dos Deputados», a «moderada eficácia dos parlamentos», os «monopólios dos partidos», a «irracionalidade das leis eleitorais» ou a «opacidade da vida política nos moldes tradicionais».

É claro que todos estes aspectos ajudam à missa do des-crédito da classe política: as viagens-fantasma, a impontualidade; a impreparação, os gastos ditos excessivos da acção político-partidária e o sobrecusto da remuneração dos políticos, pretensamente cotejado com aquilo que rendem, o peso aparelhístico na elaboração das listas de candidatos, a sobreposição das motivações políticas à genuína defesa dos interesses dos cidadãos; o excesso das leis e o simultâneo défice de operosidade de quem as faz, o verbalismo supostamente oco, num tempo de que a palavra deserta.

Só que esta é a face antiga e negativa de uma moeda em cuja contraface se inscrevem muitas razões de mérito. As democracias no dia em que delas desertarem as ideologias, os entusiasmos, os valores cívicos, as entregas por um ideal de bem público!, no dia em que, por absurdo, deixassem de existir parlamentos para fazer as leis e Deputados empenhados em que elas respeitem e traduzam a vontade do Povo!

Nesse dia, diríamos adeus à democracia, se não à liberdade. E, se nem todos os Deputados, são sábios ou perfeitos, devotados e zelosos — quem, fora da política, tudo isso é? —, quero prestar um testemunho de alto apreço aos que, com inteligência, esforço e saber, sacrificam comodidades e interesses por devoção à causa pública ou por fidelidade a um ideal superior. Trabalharmos em São Bento não nos torna beneditinos, mas o sermos políticos não faz de nós demónios!

Risos gerais

São, felizmente, muitos os que assumem sacrifícios por puro idealismo e exemplar generosidade: os que se esforçam por apresentar boas propostas trabalham até altas horas nos gabinetes ou nas comissões, e, em contrapartida, são por isso acusados de pouco frequentarem o Hemiciclo, os que sacrificam escritórios profissionais altamente compensatórios para auferirem remunerações que, no cotejo com tantas outras, a que não correspondem tão grandes responsabilidades, são motivo de irrisão, se não de vergonha; os que continuam a recusar o fim das ideologias e a substituição delas pela ideologia da sua recusa, os que encaram a representação popular como um verdadeiro mandato, embora ela não deva ser apenas isso, enfim, os que aceitam com humildade o silêncio, que, em regra, se abate sobre o mérito e o significado das suas iniciativas e intervenções, para delas só ser notícia o anedótico, o pitoresco ou o polémico que nelas haja.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente — As viagens-fantasma ocorreram, em regra, no quadro de práticas oficiais laxistas por longo tempo inveteradas? Isso não impede a sua qualificação como burla qualificada e dolosa.

Compreendo até que ponto a tentação de criticar ou acusar um político possa para alguns — felizmente raros — constituir um certificado de independência e de coragem. Mas que ao menos se credite à Assembleia, enquanto instituição que se não confunde com os seus membros menos exemplares, o facto de ter sido ela quem determinou a averiguação da verdade e desencadeou os procedimentos que, com visível gáudio, agora se invocam contra ela!

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP

A impontualidade é, na maioria dos casos, simples impermanência nas cadeiras do Plenário? Vale como se não fosse.

A relativa impreparação reflecte a ideia errada de que um Parlamento deve ser um cenáculo de sábios ainda que mal pagos?

O excesso do peso aparelhístico na elaboração das listas já começou a ser espontaneamente corrigido com a permissão de candidaturas apoiadas por grupos de cidadãos? Os críticos não deram por nada! Mas atenção! É perigoso o pendor para julgar os partidos uma excrescência dispensável! Desiludam-se os que assim pensam. Sem eles, a Democracia seria um carro sem motor e eles seriam as suas primeiras vítimas!

Aplausos do PS, do PSD e do PCP.

O excesso de produção legislativa é muitas vezes o reflexo de pressões dos próprios cidadãos, que, aliás, já viram reconhecido o acesso à iniciativa legislativa? Nem por isso deixa de ser excesso!

Os custos económicos da nossa democracia pluralista são *peanuts* quando comparados com os das democracias europeias que nos servem de paradigma? A remuneração dos nossos responsáveis políticos está abissalmente abaixo do salário político mínimo europeu? Que suba a de todos menos a deles! Essa relativa indigência dificulta até à quase proibição uma selecção de Deputados de qualidade acima da média? Quem disse que os maldizentes estão interessados em reduzir as oportunidades da sua própria maledicência?

Os Deputados sobrepõem a lógica política à lógica dos interesses? Ainda bem! De miopia que não alcança o que fica para lá do dinheiro e do lucro, basta que sofra o mercado! Basta de mão não apenas invisível mas invisual! Levemo-la ao oftalmologista!

Risos do PS

Se tem de reger a distribuição da riqueza, é preciso que passe a ver também os pobres. Fora do seu jogo lúdico, calculista e frio fica todo o espaço da saúde, da educação, da cultura, da segurança e da ordem, dos direitos individuais, dos equilíbrios ecológicos, enfim, dos princípios e dos valores.

É oco o verbalismo parlamentar? Pois, mais sem alma é a linguagem da fria racionalidade económica do mundo dos negócios e dos seus instrumentos digitais!

Aplausos do PS

Perde-se nos confins da civilização grega a exclusiva nobreza da actividade pública e a menos-valia da actividade privada. Hoje, tende a ser ao contrário. Mas a virtude está no meio. A actividade pública e a actividade privada, longe de se excluírem, completam-se, ao invés de se hierarquizarem, nivelem-se, cada uma no seu espaço próprio, sem declarações de guerra ou tentativas de invasão.

Daí que não faça sentido o maniqueísmo dos fundamentalistas das privatizações ou dos integristas das nacionalizações. Tudo se quer na dose certa e na moldura da sua própria justificação.

Acabo, Queridos Amigos, de meter, imprudentemente, o pé na poça da crítica do excesso de verbalismo. Sei que tenho o vosso perdão, até porque não seria fácil sintetizar em poucas palavras o que quis significar.

O fosso é grande e difícil preenchê-lo, mas temos de tentar, com determinação e sem demora.

Para neste Hemiciclo uma exigência difusa de mudança, de reforma do sistema político. Em breve, um grupo de trabalho se debruçará sobre o Regimento e a Lei Orgânica da Assembleia, o Estatuto dos Deputados e a Lei das Incompatibilidades. Propostas e projectos de aperfeiçoamento das leis eleitorais, de financiamento dos partidos e outros vão, seguramente, surgir, embora eu

tenda a pensar que, estando aí o ramo, não é aí que se vende o vinho.

O mesmo se diga de propostas e projectos de alteração da lei de financiamento dos partidos — repito —, embora a seriedade se não decrete.

Erros serão corrigidos, práticas serão mudadas, melhorias serão conseguidas. Com determinação e vontade política, o funcionamento da Assembleia pode ser tão renovado quanto na última legislatura o foram as suas instalações.

Mas não nos iludamos: tudo isso se processará, de algum modo, ao nível das «inovações cutâneas». As grandes transformações institucionais, sobretudo quando tiverem de ser rupturas, só poderão fazer-se com êxito em concerto europeu e, internamente, no quadro de uma — deixem-me usar uma expressão contraditória e forte — verdadeira «revolução» constitucional.

Regresso a Raúl Proença, para lhe pedir um remate condigno para esta prosódia, em que pus o desassombro de que sou capaz. Talvez este «Hoje que a palavra político levanta contra si um coro de blasfémias, ousamos proclamar bem alto o nosso delito».

Aplausos do PS, de pé, e do PSD, do PCP, do CDS-PP, de Os Verdes e do BE

Por direito próprio, que a Constituição lhe reconhece e todos nós gostosamente sublinhamos, vai usar da palavra S. Ex.^a o Presidente da República.

O Sr. Presidente da República (Jorge Sampaio) — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Ministro da Presidência, por si e em representação do Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Vice-Presidentes da Assembleia da República e Srs. Deputados, Ilustres Representantes do Corpo Diplomático, Ilustres Membros do Conselho das Comunidades Portuguesas, Excelências, demais Autoridades Cíveis e Militares, Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. A Assembleia da República inicia com esta cerimónia uma nova prática parlamentar. Ao fazê-lo sublinha e reforça o seu papel de pilar do regime democrático e, em certo sentido, presta também uma homenagem pública aos eleitores que conferem a legitimidade aos Deputados que aqui estão.

Saúdo esta iniciativa, revejo-me na riqueza do seu simbolismo e reconheço a importância política deste gesto inovador. Estou certo de que as cerimónias de Abertura Solene da Legislatura passarão a constituir marcos da nossa vida democrática, oportunidade de exaltar o papel do sistema representativo na nossa democracia e de reflectir também sobre aspectos da nossa vida democrática.

Considero um privilégio, Srs. Deputados, o convite para participar nesta cerimónia, privilégio que sentidamente vos agradeço.

Saúdo a VIII Legislatura, saída das eleições de 10 de Outubro, na qual se renovou o princípio da representação, assente no sufrágio universal, igual, directo, secreto e periódico, essência da democracia.

Saúdo a Assembleia da República, representativa de todos os cidadãos portugueses, e os Deputados que nela representam todo o País

Saúdo os Srs. Membros do Governo, saúdo os Srs. Embaixadores e as demais Autoridades que se dignaram, com a sua presença, sublinhar a dignidade e a importância desta sessão solene

Faço votos de um profícuo trabalho parlamentar e reitero solenemente a minha disponibilidade para um estreito diálogo institucional, assente no princípio do respeito pela dignidade e autonomia dos respectivos órgãos de soberania

Sr. Presidente, Excelências. A existência da democracia em Portugal implicou décadas de luta

O Sr. Manuel Alegre (PS) — Muito bem!

O Orador — Várias gerações se sacrificaram nessa luta prolongada, algumas das quais estão presentes neste Parlamento

A ausência ou o desrespeito de direitos, liberdades e garantias fundamentais caracterizava a natureza ditatorial do regime político a que o 25 de Abril de 1974 pôs fim. Mas a ditadura não impedia ou limitava apenas as liberdades individuais, sem democracia era igualmente impossível garantir condições de modernização e desenvolvimento sustentado do País

Distantes do poder, por nele não se sentirem representados, aos portugueses só restava ou o alheamento da vida política ou o inconformismo do combate contra o regime. Impossibilitados de encontrar no País condições de sobrevivência digna e um horizonte de esperança, só restou a milhões de portugueses o árduo e doloroso caminho da emigração

Violando todos os direitos dos cidadãos, incapaz de aceitar os direitos dos outros povos, designadamente o direito à autodeterminação, o regime de então isolou Portugal da comunidade internacional

É o regime democrático — convém reafirmá-lo — que assegura aos portugueses os direitos fundamentais, que reconhece o legítimo direito à independência das colónias portuguesas, que torna possível novas condições de desenvolvimento económico e permite ao País granjear o prestígio internacional de que hoje desfruta

Aplausos do PS e do PCP

Sr. Presidente e Srs. Deputados, não foi um percurso fácil. Vivemos crises políticas, económicas e sociais muito difíceis, mas ultrapassámo-las sempre. Para isso contribuiu decisivamente um conjunto de factores. Sublinho apenas dois

Em primeiro lugar, os portugueses participavam activamente na vida política nacional, revendo-se na legitimidade e representação que assim conferiam aos partidos políticos

Em segundo lugar, em momentos decisivos, os partidos compreenderam que o sucesso do novo regime democrático dependia da sua capacidade de dar resposta aos principais problemas do País e que isso implicava tanto alcançar um conjunto essencial de consensos e compromissos políticos nacionais quanto assumir, sem equívocos, as suas diferenças,

como forma de identificação dos eleitores e clarificação de opções. Ambos os caminhos são condições naturais de estabilidade de uma democracia pluralista, ambos foram ensaiados e provaram a sua eficácia. Ambos foram decisivos, permitindo à democracia assegurar o progresso do País e, eventualmente, até sobreviver como regime

Por isso, em resposta ao vosso convite, quis estar aqui hoje, no início desta Legislatura, para expressar a importância decisiva que atribuo à democracia representativa e ao papel central e insubstituível que nela o Parlamento desempenha. Os Deputados estão investidos de uma das mais nobres missões e responsabilidades que qualquer cidadão português pode ambicionar: a de representarem este país que todos amamos e, assim, servir Portugal

Sei que a honra de que estão investidos corresponderão com o melhor do vosso esforço. Um parlamentar como eu, hoje com a responsabilidade de representar a República Portuguesa, de ser o garante da independência nacional, da unidade do Estado e do regular funcionamento das instituições, não podia deixar de expressar aqui uma palavra de incentivo e de respeito por este órgão de soberania que deve, enquanto tal, ser alvo da maior consideração por parte de todos os portugueses.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Excelências. Os regimes democráticos são, por natureza, regimes abertos. Por isso, a sua dinâmica depende da capacidade de entenderem as transformações da sociedade e de se aperfeiçoarem, como forma de dar resposta a novas percepções, exigências e realidades

Um regime que se fecha sobre si próprio provoca, mais cedo ou mais tarde, uma crise na sua relação com os eleitores, que, mesmo sem explicitamente o desejarem, se distanciam, cada vez mais, de práticas e métodos que já pouco lhes dizem

É preciso estar sempre um passo à frente, olhar com sensibilidade para os sinais que nos chegam da sociedade; antecipar o futuro no que ele tem, tanto de encorajador como de preocupante, dar resposta, com lucidez e visão, aos desafios que assim se nos colocam, e perceber que manter a vitalidade da democracia deve prevalecer sempre como objectivo sobre a preservação de qualquer outra consideração de interesse individual ou de grupo

Permitam-me, por isso, que partilhe convosco o meu olhar sobre o sistema político português, centrado em três considerações: sobre as realizações, sobre os sinais e sobre as exigências

A democracia portuguesa pode e deve orgulhar-se das suas realizações. Portugal credita-lhe o progresso e o desenvolvimento alcançado nestes 25 anos. E, no essencial, os portugueses revêem-se, com justa razão, na nossa democracia.

Sei que as taxas de abstenção parecem indicar um alheamento dos eleitores. Não serei eu, naturalmente, a negar esse facto. Mas importa, também, colocá-lo no seu devido contexto. Uma democracia estabilizada, num quadro de crescente melhoria das condições de vida da população, gera por vezes factores de confiança no funcionamento do sistema político que muitos eleitores traduzem em comportamentos de abstenção. Isso não invalida que cresça, a par desta,

uma abstenção por insatisfação face ao funcionamento da democracia representativa, ou por exclusão social ou política. Esse é um sério sinal a considerar

Creio, além disso, que todos reconhecerão que as percepções críticas quanto ao funcionamento do sistema político coincidem com aquelas que são hoje correntes nas democracias modernas, não demonstrando, por isso, o País qualquer característica que revele uma particular vulnerabilidade do regime português

É, todavia, indiscutível, que recebemos da sociedade um conjunto de sinais que aconselham uma reflexão profunda e uma actuação urgente. Porquê urgente? Porque é sempre melhor reformar, de uma forma controlada e consensual, quando a credibilidade do sistema ainda é evidente, do que fazê-lo sobre a eventual pressão de uma crise mais profunda.

Precisamos todos de olhar com rigor para esses sinais de distanciamento entre eleitores e eleitos e entre eleitores e certas práticas políticas. E, assim, reconhecer que se eles existem é porque são fruto de uma insatisfação que se desenvolve na população à qual se não deu resposta e não, seguramente, a um qualquer excesso de atenção da comunicação social a aspectos negativos do funcionamento do nosso sistema político ou a práticas individuais que, só envolvendo os próprios, descredibilizam, todavia, o sistema no seu todo

A liberdade de expressão é um bem inalienável de uma democracia e uma das condições que permitem a permanente capacidade de avaliação pelos eleitores da prestação individual dos responsáveis políticos e do grau de satisfação face ao desempenho do sistema político

É fácil a identificação das críticas que progressivamente se avolumam e consolidam. Sobre elas muito se tem dito. Uma coisa parece clara, apontam todas num mesmo sentido: um distanciamento crescente entre representantes e representados e uma depreciação genérica da avaliação feita pelos cidadãos do exercício de funções públicas

É igualmente fácil identificar o sentido das expectativas de mudança: elas apontam para a necessidade de uma rigorosa separação de poderes, de uma efectiva transparência da Administração; de uma clara e exigente identificação de incompatibilidades e conflitos de interesses no exercício de cargos públicos, de um sistema claro e credível de financiamento da actividade política, de uma austeridade nos gastos das campanhas políticas, de uma revisão, repito, constitucionalmente compaginável das leis eleitorais, de uma consagração de novas formas de participação dos cidadãos na definição das políticas públicas e de formas inequívocas de combate a toda e qualquer prática de corrupção

O sentido a dar a estas reformas também parece ser claro: é necessário assegurar um efectivo reforço da proximidade, da participação e da confiança no sistema político, é preciso melhorar a comunicação entre os responsáveis políticos e os cidadãos, revalorizar a prestação do serviço público, consolidar os partidos políticos e fortalecer, sublinho, fortalecer sempre as instituições representativas

Não existe uma forma única de alcançar estes objectivos. Há, como é natural e desejável, uma diversidade de propostas que identificam cada um dos partidos com a solução que consideram mais correcta. Muita da legislação que importa alterar exige, e bem, uma maioria de dois terços. Outras

mudanças dependem apenas das convicções e do empenhamento político das maiorias parlamentares. O que parece, porém, inquestionável é que não é possível adiar mais algumas destas decisões e que importa voltar a estabelecer um conjunto de compromissos e consensos políticos interpartidários como forma de evitar uma crise maior do sistema de representação

Foi essa capacidade de estabelecer atempadamente consensos, quando a Constituição assim o exigia, que permitiu à jovem democracia portuguesa ultrapassar muitos dos problemas que lhe colocaram. É isso que de novo é necessário fazer

Os portugueses desejam essas reformas. E o regime necessita delas. Os partidos, felizmente, têm debatido estes problemas. Quanto mais tarde elas forem introduzidas, mais difícil será restabelecer a confiança, superar o distanciamento e credibilizar a nossa actividade política

Creio, convictamente, Srs. Deputados, que as reformas têm de ser profundas. Elas terão, a título de exemplo, de responder a estas perguntas: como é que se assegura a confiança no financiamento dos partidos, quando são evidentes os gastos em meios de propaganda de nulo impacto e opacas aos cidadãos as fontes de financiamento dessas despesas?

Aplausos do CDS-PP

Como é que se assegura a proximidade entre os eleitores e eleitos, quando a esmagadora maioria dos eleitores ignora em que candidatos está a votar e uma percentagem dos eleitos se faz imediatamente substituir nas funções políticas para que tinha sido eleito?

Aplausos do PS e do CDS-PP

Como é que se garante a confiança na Administração quando tantas das suas decisões ou a fundamentação de procedimentos permanece inacessível aos cidadãos?

Como é que se assegura o envolvimento cívico da população quando as decisões são tomadas, a variadíssimos níveis, de forma distante e não participada pelos seus destinatários?

Como é que se credibiliza um sistema político que, paralisado pelo argumento demagógico da comparação entre o ordenado mínimo nacional e as remunerações dos titulares de cargos políticos, vê, ano após ano, afastarem-se da vida pública tantos portugueses de grande valia?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador: — Como é que se dignifica a actividade política quando aos líderes dos partidos da oposição não é conferido pelo Estado um estatuto protocolar compatível com o papel insubstituível que desempenham no País?

Aplausos do CDS-PP.

Como manter a confiança dos eleitores se, à acumulação dos sinais de desencanto que enviam, se responde com a acumulação dos anos em que se adiam as soluções?

Olho com atenção redobrada e preocupação crescente para os sinais que se adensam e pressinto urgência na resposta que tarda. Mas quero que fique claro, Srs. Deputados, que partilho convosco estas minhas preocupações, consciente, todavia, de que o desencanto de muitos cidadãos não se prende apenas com esta ou aquela deficiência no funcionamento do sistema político e que o debate sobre estas deficiências não pode iludir outras questões de fundo.

Tenho consciência, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de que estamos perante novos patamares de exigência por parte dos portugueses, de desejo de exercício de novos direitos, de reivindicação de novas formas de participação política, de uma consciência mais informada e interventora da dimensão de muitas desigualdades que subsistem na sociedade portuguesa, de um sentimento de impotência de uns e indignação de outros perante o aparecimento de novas formas de exclusão social, política e cultural.

A percepção da natureza das desigualdades é hoje, felizmente, mais aguda e assente em níveis de informação muito superiores. A ideia, mesmo se globalmente imprecisa, de que os «crimes de colarinho branco» ficam sempre impunes, de que quem mais ganha, menos impostos paga, de que a fronteira entre interesses privados ou corporativos e interesses públicos nem sempre é clara, de que a oportunidade no exercício da justiça pode não depender de aspectos processuais, de que o acesso aos cuidados de saúde pode traduzir-se numa espera desencantada geram também fenómenos de distanciamento e desencanto.

Vozes do PS e do PCP — Muito bem!

O Orador — Mas, se fui claro, desejo, também, ser justo. Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenhamos a consciência da nossa dimensão histórica: estes problemas são velhos problemas que atravessaram vários governos, diversos partidos, mas que atravessaram um só País que para eles olha com um sentimento cada vez mais crítico.

Também aqui, hoje, uma vez mais, é preciso que a democracia portuguesa seja, em tempo útil, capaz de gerar níveis satisfatórios de resposta a estas, entre outras, preocupações.

Também aqui, uma vez mais, importa estabelecer os consensos, quando necessários e possíveis, e as rupturas, quando essa for a única via possível, para restabelecer a confiança numa sociedade mais justa e numa sociedade mais equitativa e mais solidária. A soma destas percepções, desencantadas porventura, constitui para mim um sinal de alerta. Portugal, Srs. Deputados, tem hoje condições invulgares para dar resposta a alguns destes problemas. Há uma sociedade dinâmica, há estabilidade política e vive-se um período de confiança económica.

Partilho convosco, como disse, estas minhas preocupações para concluir num apelo e numa manifestação de disponibilidade.

O apelo é o de que se tenha em atenção o sentido de prioridade de que se parecem revestir algumas das reformas a introduzir no funcionamento do sistema político e na promoção da equidade social.

A manifestação, como não podia deixar de ser, é de consideração e de disponibilidade total para contribuir, naturalmente dentro dos limites constitucionais, com o exercício de

uma magistratura de incentivo, de conciliação e de consenso, quando disso puder depender o sucesso das respostas a dar às expectativas dos portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ninguém, rigorosamente ninguém, se pode excluir do debate dos temas hoje aqui abordados em intervenções do maior interesse que VV. Ex.^{as} fizerem. Ninguém se pode excluir disso por achar que desse debate não faz parte. A dignificação da vida política a todos, afinal, diz respeito e a todos deve envolver, na diversidade das competências próprias de cada órgão de soberania. O Presidente da República não é um espectador distante. Reconheço-me nas vossas preocupações. Por isso, entendo dever contribuir para estimular o debate e estar disponível para ajudar a incentivar consensos.

Referi-me a um caminho de reformas que entendo tanto necessário e oportuno como dignificante e honroso. Permitam-me que, a terminar, explicito a minha opinião sobre o sentido último desse caminho.

O primeiro aspecto que quero destacar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é o da revalorização da função política enquanto função que se cumpre e esgota no serviço público. Os valores republicanos, neste domínio, devem ser reafirmados.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — A actividade realizada pelos responsáveis políticos não corresponde a uma forma autónoma da cidadania. Os políticos são cidadãos que desempenham cargos de representação, por definição sujeitos a controlo democrático e a regras de transparência, e, portanto, são amovíveis. O seu estatuto não é — não pode ser nunca! — o de um grupo separado, com lógica de defesa e reprodução próprias, mas o de cidadãos que transitoriamente exercem uma actividade em favor da comunidade que neles, directa ou indirectamente, depositou confiança para tal.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr. Presidente e Srs. Deputados, devemos velar pelo prestígio desse estatuto, não para que daí os políticos recolham benefícios, seja de que natureza for, mas porque dessa forma é a sua actividade que ganha apreço e respeito, e, consequentemente, ganha eficácia.

Estamos todos empenhados — todos empenhados! — em vincar na política a razão pública que a fundamenta e em devolver aos políticos o orgulho, sublinho, o orgulho de serem políticos.

Acredito nesse objectivo e acredito que — todos! — o podemos alcançar.

Viva a democracia! Viva Portugal!

Aplausos do PS e do CDS-PP, de pé, e do PSD, do PCP, de Os Verdes e do BE

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, declaro encerrada esta sessão, que, estou certo, será memorável e à qual se segue uma sessão de cumprimentos no Salão Nobre.

Eram 13 horas e 15 minutos.

A Banda da Guarda Nacional Republicana executou, de novo, o Hino Nacional

Aplausos gerais, de pé

Realizou-se, então, o cortejo de saída, composto pelas mesmas individualidades do da entrada, tendo os Srs Presidente da República e Presidente da Assembleia da República saudado, mais uma vez, o Corpo Diplomático com uma vénia

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

Aires Manuel Jacinto de Carvalho
António Fernandes da Silva Braga
António Fernando Menezes Rodrigues
Carlos Alberto
João Macedo Lourenço
Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Social Democrata (PSD):

António Paulo Martins Pereira Coelho
Joaquim Martins Ferreira do Amaral
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
Luís Manuel Machado Rodrigues
Manuel Joaquim Barata Frexes
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Rui Fernando da Silva Rio

Partido Comunista Português (PCP).

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
Maria Odete dos Santos

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

José Augusto Meleiro Rodrigues
Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 220\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

Toda a correspondência quer oficial quer relativa a assuntos da Assembleia da República, como *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manoel de Almeida, 5, 1050-012 Lisboa.